

Justiça testada em laboratório

Entrevista a CONCEIÇÃO GOMES

Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça

Embora sem microscópios, no Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra amplia-se o funcionamento deste pedaço da sociedade, analisa-se de perto a aplicação da Lei, a perceção do cidadão, o impacto de cada mudança. Por aqui, observa-se a Justiça.

Conversámos com Conceição Gomes, coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça, e, mesmo sem tubos de ensaio, percebemos como é possível testar uma Justiça que se quer sempre melhor.

Qual é o papel do Observatório Permanente da Justiça?

O Observatório Permanente da Justiça, constituído em finais da década de 90, é um projeto do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O primeiro grande estudo do Observatório é de 96/97, materializa-se na publicação de um livro sobre a Justiça em Portugal ("Os tribunais nas sociedades contemporâneas o caso português"), ao qual foi atribuído o prémio Gulbenkian. É aqui que aparecem expressões como "litigância de massa", "litigantes frequentes", entre outras. No início da década de 2000, com António Costa como Ministro da Justiça, o Observatório celebrou um protocolo com o Ministério da Justiça, tendo sido desenvolvido um conjunto de trabalhos de diagnóstico e recomendações sobre a Justiça portuguesa. O que nos interessa é sempre a perspectiva de como é que o direito é aplicado. As normas e as reformas legais não são para funcionar no abstrato, têm uma aplicação concreta. Muitas vezes, o problema não está na lei, mas nas condições da sua aplicação.

Dentro do próprio país, existe contacto com outras entidades?

No nosso país, no que diz respeito ao estudo sobre a Justiça, é necessária a articulação com outras instituições. Mantemos uma excelente colaboração com todas as instituições judiciais. Desde cedo, as instituições judiciais compreenderam que a produção de conteúdos sobre

Entrevista **Ana Filipa Pinto**
André Silva
e Rui Miguel Simão

Fotografia **Cláudia Teixeira**

[Assista ao vídeo em
www.solicitador.net]





o judiciário é importante também para o seu trabalho. Existem colegas na Europa que não conseguem fazer trabalho de campo, não conseguem obter a colaboração das instituições locais. Em Portugal, existiu sempre uma colaboração estreita com as instituições judiciárias, sem qualquer obstáculo.

Como é constituída a vossa equipa?

Nós procuramos ter sempre equipas multidisciplinares. Temos uma pequena equipa, composta por sociólogos e juristas. Esta é uma área complexa. Os juristas conhecem o sistema judiciário, mas não conhecem as técnicas de investigação e os sociólogos dominam bem as metodologias, mas não conhecem a especificidade do campo. Isto torna difícil a investigação nesta área, mas faz com que tenhamos um grande esforço na constituição das equipas. Formar juristas que aprendam também a ser sociólogos e o contrário. Para além disso, temos, ainda, na nossa equipa, um colega que domina muito bem as bases de dados jurídicas. Nos nossos estudos, participam, frequentemente, consultores, juizes, magistrados do ministério público, advogados, etc. Esta interação é facilitada, quer pela nossa Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ), quer pelo programa de doutoramento sobre o "Direito e Justiça no Século XXI" - uma parceria entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Economia e a Faculdade de Direito. É um doutoramento que alia Direito a Sociologia. O Observatório também ajudou a criar este programa. É um doutoramento que alia Direito a Sociologia. O Observatório também ajudou a criar este programa.

Podemos dizer que o cidadão consegue sentir o papel do Observatório na produção legislativa e na aplicação da lei?

Se olharmos para os preâmbulos da legislação podemos ver muitas perspectivas de reflexão que resultam dos nossos trabalhos. Por exemplo, há sete ou oito anos atrás, falar de gestão judiciária era como se tivéssemos a atacar a independência judiciária. Neste momento, para além de todos falarem

em gestão, tornou-se um conceito absolutamente central na reforma da justiça. Existiu uma mudança muito grande e o papel do observatório, nestas e noutras matérias, ajudou a mudar esta perspetiva analítica.

É urgente integrar mais os cidadãos no universo judiciário?

Poderemos afirmar que se registará um salto qualitativo quando o sistema de justiça não olhar para os processos na perspetiva da quantidade, quando o sistema perceber que, naqueles processos, há problemas de cidadãos. Por exemplo, alguns tribunais, no que diz respeito a decisões quanto a crianças que estão em instituições, demoram meses e anos. Dois anos na vida de uma criança é muito tempo. O sistema de justiça não tem noção da urgência. Os processos não podem ser urgentes porque a lei o diz, mas sim porque vida das pessoas exige essa urgência. No quadro europeu, esta é uma reflexão que já está a ser feita sobretudo nos países nórdicos. É uma mudança de paradigma de funcionamento que é necessário concretizar.

Atualmente, podemos dizer que é mais fácil os cidadãos compreenderem a justiça?

A justiça continua a não conseguir comunicar com os cidadãos, apenas o faz através da comunicação social. Quando existem determinadas decisões que são mais mediáticas, o sistema de justiça coloca a informação no site, mas apenas é inteligível para quem dominar a área. Por vezes, nem os jornalistas conseguem compreender o conteúdo da informação divulgada. A justiça não encontra formas de comunicar, não se adaptou ao novo contexto de mediatização e isso joga contra a própria justiça.

Existe a unidade de formação jurídica e judiciária. A formação que aqui é prestada também tem esse elemento diferenciador por integrar os resultados? Tentam integrar profissionais de vários universos?



Poderemos afirmar que se registará um salto qualitativo quando o sistema de justiça não olhar para os processos na perspectiva da quantidade, quando o sistema perceber que, naqueles processos, há problemas de cidadãos.

Criámos uma unidade de formação jurídica e judiciária há cerca de quatro, cinco anos, celebrando um protocolo com a associação sindical dos juizes portugueses e o sindicato dos magistrados do ministério público. Isto por considerarmos que a formação que existia nesta área era uma formação de conferência, muito mais fragmentada. Considerámos importante apostar numa formação muito virada para as questões de natureza mais prática. (...) Muitas vezes as pessoas já dominam os quadros teóricos e o que elas precisam de conhecer é a aplicação prática. No que diz respeito aos formadores, procuramos trazer pessoas das universidades, mas também quem trabalhe diretamente nas áreas em questão. A nossa perspetiva é sempre o diálogo entre a teoria e a prática.

Desde a década de 90, como é que tem evoluído a justiça? O que tem mudado? Os números são diferentes?

Se olharmos para a justiça temos dois grandes vetores: por um lado, temos um sistema em permanente mudança, que está sempre em reforma; por outro lado, temos as perceções dos cidadãos que não mudam sobre a justiça. Quem tem responsabilidade nesta área deveria parar e pensar. Nos últimos 15 anos, tivemos reformas em todos os setores da justiça. Mapa judiciário, meios alternativos de solução de conflitos,

criação de julgados de paz, arbitragem, ação executiva, entre outros. Mais meios, mais juizes, mais funcionários e a reclamação contínua quanto à falta de recursos. Com tudo isto, se hoje perguntarmos ao cidadão o que mudou, constatamos que as perceções continuam a ser exatamente as mesmas de outros inquéritos realizados em 1991 e 2001. As pessoas não notam diferenças.

Relativamente a estas últimas grandes mudanças, quando é que vamos poder olhar para trás e perceber essas mudanças?

No caso do mapa judiciário, é uma reforma que tem de começar a ser avaliada a curto prazo. Recorrendo aos poucos instrumentos ao nosso dispor e com trabalho no terreno, no meu entender, têm de ser feitos, rapidamente, alguns ajustes. A solução não é mudar tudo novamente, mas tem de existir alguém que pare para pensar o que quer do sistema de justiça, no que a nossa sociedade precisa.

Como avalia a figura do solicitador e do agente de execução na atualidade judiciária?

No que diz respeito ao solicitador, não me posso pronunciar muito, porque, de facto, não tenho acompanhado e não existem estudos sobre essa matéria. Os agentes de execução têm feito um bom trabalho e desenvolvido um grande esforço de formação. Acompanhámos os agentes de execução no terreno e apercebemo-nos das suas necessidades. Na minha opinião, chegámos a um momento em que temos de voltar a refletir sobre este caminho e a questionar se mantemos este sistema híbrido ou não.

Por fim, por onde vai passar o futuro da justiça?

O futuro da justiça vai depender daquilo que nós quisermos fazer dele. Poderemos fazer da justiça um poder virado para a cidadania, um poder forte e democrático, ou poderemos mantê-lo como está neste momento. ::